STJ00080234

Sumário

Lista de abreviaturas e siglas 17

Lista de ilustrações 21

Lista de quadros 23

Nota à terceira edição 25

Nota à segunda edição 27

Apresentação 29

Capítulo 1

Pregão 33

1.1 Noções gerais 34
1.2 Vantagens e desvantagens do pregão 36
1.3 Normas reguladoras 41
1.4 Pregão enquanto procedimento 43
1.4.1 Jurisprudência: possibilidade de inversão das fases 47
1.5 Pregão na União, nos Estados e nos Municípios 48
1.6 Compulsoriedade relativa do pregão 53
1.6.1 Transferências voluntárias e obrigatoriedade quanto à utilização do pregão 58
1.7 Lei do pregão e regulamentos 72
1.7.1 Técnica *isoladora* para solucionar conflitos 74
1.7.2 Síntese 74
1.7.3 Jurisprudência: o pregão na Federação brasileira 75
1.8 Princípios aplicáveis ao pregão 77
1.9 Qualificação de bens e de serviços comuns 85
1.9.1 Jurisprudência 89
1.10 Polêmicas em torno do objeto do pregão 93
1.10.1 Obras e serviços de engenharia 94

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

1.10.2 Bens e serviços de informática 102
1.10.3 Processo produtivo básico 113
1.10.4 Alienações em geral 115
1.10.5 Locações imobiliárias 117
1.10.6 Serviços de advocacia e pregão 119
1.10.7 Serviços terceirizados 123
1.10.8 Jurisprudência 127
1.11 Os atores no pregão 135
1.11.1 Autoridade superior 135
1.11.2 Pregoeiro 137
1.11.2.1 Quem pode ser designado pregoeiro? 137
1.11.2.2 Perfis do pregoeiro 140
1.11.2.3 Atribuições 143
1.11.2.4 Investidura 150
1.11.2.5 Direitos, deveres e responsabilidades 151
1.11.2.6 Capacitação e treinamento 153
1.11.2.7 Remunerabilidade do pregoeiro 154
1.11.2.7.1 O mandato de pregoeiro e de equipe de apoio *versus* "remuneração" 157
1.11.2.7.2 Como instituir a remuneração do pregoeiro e da equipe de apoio 159
1.11.2.8 O pregoeiro e a melhor contratação 165
1.11.3 Equipe de apoio 169
1.11.4 Licitantes 171
1.11.4.1 Jurisprudência: licitantes 176
1.12 Termo de referência 179
1.12.1 Fundamento legal 182
1.12.2 Obrigatoriedade 183
1.12.3 Conceito 184
1.12.4 Finalidade 185
1.12.5 Conteúdo 186
1.12.5.1 Definição do objeto e indicação de marcas 186
1.12.6 Elaboração 193
1.12.7 Jurisprudência 195
1.13 Instrumento convocatório (edital) 196
1.13.1 Normas de regência 198
1.13.2 Competências em relação ao edital 200
1.13.3 Conteúdo do edital 205
1.13.4 Forma do edital 214

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

1.13.5 Aprovação. Parecer técnico-jurídico 215
1.13.5.1 Contextualização: o parecer é, no geral, ato administrativo 218
1.13.5.2 Evolução jurisprudencial em torno do assunto 220
1.13.5.3 Gênese e limites da responsabilidade do parecerista 225
1.13.5.4 As Cortes de Contas podem punir os pareceristas? 230
1.13.5.5 Responsabilização do parecerista 231
1.13.6 Publicação (aviso) 231
1.13.7 Jurisprudência 240
1.14 Impugnação e esclarecimentos ao edital 263
1.14.1 Jurisprudência 270
1.15 Propostas e amostras 273
1.15.1 Jurisprudência 288
1.16 Habilitação 303
1.16.1 Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) 308
1.16.2 Jurisprudência 311
1.17 Sessão de julgamento 326
1.17.1 Jurisprudência 329
1.18 Recurso no pregão 338
1.18.1 Conceito e generalidades 340
1.18.1.1 Recurso nos pregões presencial e eletrônico 342
1.18.1.1.1 Recurso no pregão eletrônico 343
1.18.1.1.2 Recurso no pregão presencial 346
1.18.2 Pressupostos recursais: pressupostos lógico, fundamental, objetivos e subjetivos 347
1.18.3 Admissibilidade e mérito do recurso 352
1.18.4 *Atores* no processamento do recurso e seus *scripts* 353
1.18.5 Dinâmica recursal: momento da interposição do recurso; conteúdo do recurso; formalidades do meio eletrônico. A "intenção de recorrer"; razões e contra-razões recursais; decisão do pregoeiro; autoridade superior (autoridade competente) 356
1.18.5.1 Momento da interposição do recurso 357
1.18.5.2 Conteúdo do recurso 360
1.18.5.3 A "intenção de recorrer" 361

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

1.18.5.4 Razões e contra-razões recursais 362
1.18.5.5 Decisão do pregoeiro 366
1.18.5.6 Autoridade superior (autoridade competente) 376
1.18.5.7 Efeito devolutivo ou suspensivo? 380
1.18.6 Jurisprudência 380
1.19 A adjudicação e a homologação. Revogação e anulação 386
1.19.1 Jurisprudência 398
1.20 Sanções 405
1.20.1 Jurisprudência 412
1.21 Pregão eletrônico e presencial. Notas gerais e especificidades 415
1.21.1 Pregão presencial 416
1.21.2 Pregão eletrônico 418
1.21.2.1 Normas 418
1.21.2.2 Aquisições eletrônicas seguras (a criptografia e a autenticação) 420
1.21.3 Comparativo entre o pregão presencial e o eletrônico 421
1.22 Sistema de registro de preços 423
1.22.1 Compreensão do tema 423
1.22.2 Normas de regência 426
1.22.3 Características e especificidades 428
1.22.4 Quando adotar o SRP 429
1.22.5 Princípios de incidência 433
1.22.6 Vantagens e desvantagens do SRP 433
1.22.7 Atores no SRP e atribuições principais 437
1.22.8 Ata de SRP e suas alterações 439
1.22.9 *Carona*, *sistema de registro de preços* e pregão 442
1.22.10 Registro de preços diversos (e parcelamento do objeto) 445
1.22.11 Edital de sistema de registro de preços 446
1.22.12 Procedimentos, homologação e contratação 448
1.22.13 Implantação, operacionalização e controle do SRP 451

Capítulo 2
Implantação 455
2.1 Começando do zero 456
2.2 Plano de trabalho (etapas a serem transpostas) 457

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.3 O *arsenal normativo* 459
2.4 Capacitação de servidores 461
2.5 Destaque para a capacitação do pregoeiro 464
2.6 Levantamento das expectativas 465
2.7 Treinamentos e simulações 466
2.8 Notas 467
2.8.1 Providências específicas do pregão presencial 468
2.8.2 Providências específicas do pregão eletrônico 468

Capítulo 3
Operacionalização 471
3.1 Observações gerais 471
3.2 *Check list* 472
3.3 Fluxos procedimentais 474
3.4 Pregão presencial 478
3.4.1 Cautelas 478
3.4.2 Realizando o pregão presencial 479
3.4.3 Questões importantes 481
3.5 Pregão eletrônico 486
3.5.1 Cautelas 486
3.5.2 Realizando o pregão eletrônico 487
3.5.3 Normalmente acontece 491
3.6 Pregão e Lei Complementar nº 123/06 (Estatuto das Micro e Pequenas Empresas). Impacto na operacionalização do pregão presencial e eletrônico 492
3.6.1 Julgamento de propostas no pregão conforme o Estatuto das Micro e Pequenas Empresas (a Lei Complementar nº 123/06) 496
3.6.1.1 Empate ficto 498
3.6.1.2 Desempate 499
3.6.2 Habilitação (atualizada conforme o Estatuto das Micro e Pequenas Empresas) 504
3.6.2.1 Convocação de remanescentes em razão do não-saneamento da regularidade fiscal 507
3.7 Jurisprudência 510

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Capítulo 4
Controle 513
4.1 A atividade de controle da Administração Pública 513
4.1.1 Autocontrole 515
4.1.2 Controle externo 520
4.1.2.1 Controle a cargo dos Tribunais de Contas 524
4.1.2.2 Controle a cargo do Poder Judiciário 528
4.2 O controle de *resultados*. A *gestão* 529

Referências 533

Endereços úteis na internet 537

Aquisições e governo eletrônico 537

Links – Internacionais 540

ANEXOS
ANEXO A Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 545
ANEXO B Mensagem nº 638, de 17 de julho de 2002 549
ANEXO C Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000 551
ANEXO D Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 559
ANEXO E Decreto nº 5.504, de 5 de agosto de 2005 567
ANEXO F Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (excertos) 569
ANEXO G Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007 575

Índice Onomástico 579

Índice de Assuntos 581

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br